

**REQUERIMENTO DE RETIRADA DE ASSINATURA Nº \_\_\_\_\_ DE 2025.**

(Do Sr. Deputado Pastor Diniz)

Requer a retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, que altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a retirada da minha assinatura aposta à Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2025, popularmente conhecida como “Reforma Administrativa”, que *“altera normas sobre a Administração Pública brasileira para aperfeiçoar a governança e a gestão pública, promover a transformação digital, impulsionar a profissionalização e extinguir privilégios no serviço público”*.

**JUSTIFICATIVA**

Venho por meio deste, manifestar minha **decisão de solicitar a retirada de minha assinatura de apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2025 (Reforma Administrativa)**, pelos motivos que passo a expor:

1. **Prejuízo aos servidores públicos e ao serviço público:**  
A proposta, conforme o texto divulgado, contempla dispositivos que retiram ou restringem direitos historicamente garantidos aos servidores públicos — por exemplo, adicional por tempo de serviço, licenças-prêmio, progressão automática, entre outros.



Entendo que essas mudanças reduzem a atratividade das carreiras públicas, fragilizam a estabilidade funcional e comprometem o correto funcionamento do Estado para atender à população.

2. **Risco para a qualidade dos serviços públicos:**

O serviço público não se resume a lógica de mercado ou eficiência burocrática: ele presta funções essenciais em áreas onde o setor privado muitas vezes não atua — como saúde, educação, justiça, assistência social. A PEC 38/2025 propõe uma “gestão por metas” e “bônus de desempenho” que, na prática, podem deslocar o foco do servidor para indicadores curtos em detrimento da missão pública ampla. Nesse sentido, preocupa-me que a mudança venha a enfraquecer o vínculo entre servidor e sociedade, com perdas em termos de continuidade, expertise e autonomia profissional.

3. **Processo de tramitação e participação insuficiente:**

A proposta foi protocolada com o apoio mínimo necessário (171 assinaturas) e já enfrenta alto grau de rejeição entre servidores e sociedade civil — segundo votação da própria Câmara, 96% dos votos foram “discordo totalmente”. A falta de amplo debate e a pressa para avançar a matéria me levam a questionar se todos os impactos foram devidamente avaliados e se a participação dos representantes da sociedade foi suficiente.

4. **Princípios constitucionais e pacto federativo:**

Há argumentos de que a reforma, da forma como está desenhada, pode comprometer carreiras típicas de Estado, reduzir autonomia dos poderes e alterar o pacto federativo.

Por entender que a Constituição de 1988 estabeleceu o serviço público como instrumento de proteção social e promoção do bem-comum, e que qualquer mudança desse porte exige prudência, participação ampla e preservação de direitos — minha convicção é de que este texto merece revisões estruturais profundas antes de vir a ser assinado.

Diante de tais razões, **solicito formalmente a retirada da minha assinatura de apoio à PEC 38/2025.**

Sala das Sessões, .....

PASTOR DINIZ  
Deputado Federal  
União Brasil/RR

